



LEI ORDINÁRIA Nº 1026

de 30 de maio de 2001

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dr. Márcio Campos Monteiro, Prefeito Municipal de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão extraordinária realizada no dia 30 de maio de 2001, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I.

DA FINALIDADE

Art. 1º.. *O Conselho Municipal de Alimentação Escolar, criado com a finalidade de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos oriundos da União Federal e destinados à Merenda Escolar e à programas de alimentação escolar nos estabelecimentos de educação pré escolar e de ensino fundamental, mantidos ou administrados pelo Município, compete-lhe especificamente:*

I. *Fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar;*

II. *Promover, participar e acompanhar a elaboração dos cardápios do programa de alimentação escolar, procurando na medida do possível atender os hábitos alimentares do município, a vocação agrícola e dar preferência à aquisição de produtos alimentares in natura;*

III. *Dar prioridade, na aquisição dos insumos, aos produtos do município e da região;*

IV. Ofertar sugestões aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, na fase de elaboração e tramitação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento Municipal, objetivando:

a). As metas do programa a serem atingidas e aplicadas;

b). A boa aplicação e destinação dos recursos previstos na Lei Federal;

c). O enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para a alimentação escolar;

V. Proceder a articulação com órgãos ou serviços das administrações públicas e privada, a fim de obter melhoria da alimentação e fixar critérios de sua distribuição nas escolas beneficiárias da alimentação escolar;

VI. Estimular, incentivar e apoiar as iniciativas direcionadas à criação de hortas e granjas de pequenos animais de corte, que venham enriquecer a alimentação escolar;

VII. Promover, estimular e apoiar campanhas de esclarecimentos sobre a prioridade e importância da merenda escolar;

VIII. Promover, incentivar e apoiar estudos à respeito dos hábitos alimentares do município e da região e que poderão compor o cardápio da merenda escolar;

IX. Fiscalizar o armazenamento, higiene, limpeza e conservação dos alimentos armazenados ou depositados;

X. Promover, incentivar e apoiar campanhas sobre higiene, saneamento básico e seu efeitos sobre a alimentação;

XI. Promover, apoiar e incentivar a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação e higiene dos utensílios e materiais junto às escolas que fornecem alimentação escolar;

XII. *Levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade para avaliar o programa no município. Sua execução e proposições aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficarão à cargo da Secretaria Municipal de Educação ou de Órgão da Secretaria, especialmente indicado para essa função;*

Capítulo II. *DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO*

Art. 2º.. *O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:*

I. *01(um) representante do Poder Executivo Municipal, indicado pelo chefe do Poder;*

II. *01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela mesa diretora desse Poder;*

III. *02(dois) representante dos Professores, indicado pelo respectivo órgão da classe;*

IV. *02(dois) representantes de pais de alunos, indicado pelo respectivo órgão da classe;*

V. *01(um) representante dos trabalhadores rurais do município;*

1º. *A cada membro efetivo correspondente será indicado um suplente.*

2º. *A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por Decreto do Prefeito pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado.*

3º. *Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.*

4º. *No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituto*

5º. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

6º. Ficarão extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 02 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 04 (quatro) alternadas.

7º. Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda o preenchimento da vaga.

Art. 3º..

O presidente e seu respectivo vice serão eleitos e destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar, presentes em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.

Art. 4º.. O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º.. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Capítulo III. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º.. O Programa de Alimentação Escolar será executado com recursos repassados pelo Governo Federal e ainda com:

I. Recursos próprios do município consignados no orçamento anual;

II.

Recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.□

Art. 7º.. O Regimento Interno será elaborado pelos Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, no prazo de 90 (noventa) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

Art. 8º.. As despesas decorrentes da Manutenção e operacionalização do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, ficam vinculadas a Gerência de Educação, através das dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Educação e Cultura

Art. 9º.. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DE, 30 DE MAIO DE 2001

Dr. Márcio Campos Monteiro
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1026/2001 - 30 de maio de 2001

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em